

## VENEZUELA E SIMÓN BOLÍVAR: O CULTO AO HERÓI OCULTO<sup>1</sup>

Nicélio César Tonelli

Considerado o “Pai da Pátria” na Venezuela, Simón Bolívar tem sido cultuado e quase santificado por todo o país. O fato de ter sido o proclamador da independência em si não justifica a propagação em tão elevado nível da imagem de “herói”. É nosso propósito analisar de que modo este “culto ao herói” se desenvolveu e a quem serviu. Porém, antes, vejamos as diferentes manifestações cotidianas da presença vigilante de Simón Bolívar.

O ponto mais elevado do relevo venezuelano se localiza na Cordilheira de Mérida, parte do complexo andino; atinge 5.007 metros e não por acaso se chama “Pico Bolívar”. O território nacional equivale a 916.445 km<sup>2</sup> e se divide em 20 estados, um distrito federal, dois territórios federais e ilhas correspondentes a dependências federais. O mais rico e maior do estado em extensão física, o qual ocupa aproximadamente 26% da Venezuela, denomina-se Bolívar, sua capital é Ciudad Bolívar, uma das mais importantes do país. A praça principal, em quase todas as cidades venezuelanas, chama-se Simón Bolívar. Entre as capitais, só Barcelona não possui a praça S. Bolívar como central, ali homenageia-se a batalha de Boyacá; entretanto, a construção do moderno núcleo administrativo se faz em torno de uma grande praça que se chama Bolívar. Nas praças mencionadas predomina a estátua equestre: Bolívar está quase sempre com a espada desembanhada ao alto e o cavalo com as patas dianteiras levantadas como se estivesse em luta; diariamente flores são colocadas nestes monumentos de bronze. O Panteón Nacional, onde estão os restos mor-

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no XVII Simpósio Nacional de História da ANPUH-USP - 21/07/1993.

tais do “herói”, fica num ponto alto de Caracas, permitindo uma visão panorâmica para onde nasceu “El Libertador”. É extremamente difícil encontrar uma cidade cuja escola mais antiga e de maior importância não se denomine Simón Bolívar. Avenidas principais de mesmo nome também são constantes. Sociedades Bolivianas proliferam por todo o país. A moeda nacional é o Bolívar; há notas de 5, 10, 20, 50, 100, 500 e 1000 bolívares; a efígie de Bolívar só não aparece nas notas de 20 e 50, porém é lembrado em todas as moedas.

Os museus, por sua vez, merecem comentários especiais. Em Caracas há a “Casa de Bolívar” ao lado do “Museu Bolivariano”. A casa é uma cópia da original, que foi derrubada várias vezes por terremotos; há móveis de época, pinturas e murais sobre Bolívar e das batalhas que liderou, mas, efetivamente, pouquíssimos objetos pertenceram à casa ou a Bolívar. O “Museu Bolivariano” é mais rico no último sentido, predominando armas, medalhas, bandeiras, etc. Cópias de documentos preenchem os espaços vagos. Em Maracay há o “Museu Histórico”, onde a maior e principal sala é dedicada à “epopéia de Simón Bolívar”. Entre quadros contemporâneos que retratam episódios da vida do “Libertador” e cópias de documentos, narra-se a “triste” história daquele que lutou pela independência nacional e morreu no abandono. Provavelmente, este é o melhor museu do gênero existente no país; nas demais capitais estaduais há museus bastante parecidos em termos de estrutura, abordagens e reprodução dos mesmos quadros e documentos. Em Ciudad Bolívar há a “Quinta San Isidoro”, casa que pertenceu ao maior “herói” da Venezuela, com móveis, livros e armas. A cidade de Mérida possui a grande espada com pedras preciosas que pertenceu a Bolívar e que foi doada pelo governo da Colômbia; a espada fica num esquite de vidro; militares montam guarda incessantemente.

Assim, após esta breve e interessante passagem sobre a forte presença de Bolívar no cotidiano dos venezuelanos e até mesmo dos turistas que se dirigem ao país, cumpre esclarecer nossa questão inicial. Este culto, cronologicamente, se desenvolveu e foi se enraizando em

momentos muito específicos: 1) 1842, ano do traslado dos restos mortais de Simón Bolívar da Colômbia para a Venezuela; 2) 1883, ano do centenário de nascimento do “Libertador”; 3) 1930, ano do centenário da morte; 4) 1942, ano de centenário do traslado; e 5) 1983, ano do bicentenário do nascimento. Curiosamente, são anos coincidentes com incisivas crises políticas em que a exaltação da memória de Bolívar aparece, sintomaticamente, como um elemento para se debelar e superar as mencionadas crises. Analisemos cada circunstância em particular.

A desagregação da República da Gran Colômbia acelerou-se com o regime ditatorial de Bolívar que, ao centralizar o poder nas próprias mãos, reduziu as influências das elites regionalizadas, as quais passam a reivindicar autonomia diante de Bogotá. Desse modo, “nasceu” a Venezuela, em 1830, sob a liderança do general José Antônio Páez. A partir de então, o nome de Bolívar tornou-se execrado como símbolo de autoritarismo e de desrespeito à constituição e à liberdade; idéia, aliás, que servia para legitimar a segregação da Venezuela da República da Gran Colômbia, ainda que se reconhecesse o papel de independentizador do país diante da Espanha. De fato, no processo de formação do Estado Nacional da Venezuela nota-se a constante manifestação do caudilhismo de caráter regionalizado contrário ao governo central, pondo em risco, portanto, a difícil construção da unidade nacional. A elite conservadora, encastelada em Caracas, se viu “obrigada” em nome da preservação da constituição a recorrer a atos de força para manter a ordem, o que a aproximava da ação bolivariana, mesmo que a contragosto. A necessidade de legitimar, pois, tais atos levou à revisão do antibolivarianismo. O próprio contexto auxiliou, já não havia mais “perigo” de reconstrução da República da Gran Colômbia; os levantes populares tinham que ser silenciados; as dissidências internas e o avanço britânico na Guayana Esequiba punham em dúvida o governo estabelecido.

Rafael María Baralt publicou **História de Venezuela** em 1841, obra em que exaltou Simón Bolívar como líder venezuelano

responsável pela independência hispânica, pois libertou a Venezuela, onde começaram as lutas de emancipação, a Colômbia, o Panamá, o Equador, o Peru e a Bolívia, além de colaborar para outros movimentos de independência. Enfatizou, ainda, o patriotismo de Bolívar e suas preocupações por manter a América coesa e unida contra possíveis inimigos internos e externos. Justificou a ditadura como único meio de pôr fim às desavenças geradas por anseios de mando pessoal. Enfim, procurou resgatar a imagem de um herói incompreendido bem ao gosto do romantismo em voga na época. No mesmo ano, a Universidad de Caracas prestou homenagens especiais à memória de Bolívar, salientando que seus ideais deviam conduzir os destinos da Venezuela. Estava preparado o caminho para que o culto a Bolívar se oficializasse.

Curiosamente, foi o mesmo general José Antônio Paez, o qual se insurgira contra Bolívar em 1830, que resgatou o “herói” do ostracismo em 1842. Paez preocupava-se com a sucessão presidencial; o grupo hegemônico no poder político desde 1830 se fragmentara. O surgimento do Partido Liberal, integrado basicamente pelos grandes comerciantes importadores-exportadores, criticava o governo que privilegiava tão somente os interesses agrários e que não pagava os empréstimos contraídos. Assim, a disputa pelo poder presidencial se acirrou. Paez, com o intuito de frear a tormenta, procurou desviar a atenção clamando pelos ideais de concórdia preconizado por Bolívar e demonstrando que o golpismo político ou a ditadura levaria à desagregação nacional.

Convocou o Congresso para ratificar os antigos títulos de honra concedidos a Bolívar, acrescentando o título de “Magnânimo”; colheu fundos especiais para a construção da estátua equestre de Bolívar no centro de Caracas; negociou com a Colômbia o traslado dos restos mortais para a Venezuela, fato apresentado como grande vitória da diplomacia nacional frente ao país vizinho. Os festejos apoteóticos do traslado duram dias, desviou atenções das eleições presidenciais e facilitou a vitória eleitoral do general Carlos Soublette, aliado de

Paez, membro do Partido Conservador e que teve participação destacada na organização do traslado e das conseqüentes comemorações. A unidade nacional e a constituição “democrática”, portanto, foram preservadas. Bolívar, já morto, no seu segundo enterro, foi o fiador da tranqüilidade venezuelana em meados da década de 1840. O bolivarianismo tornou-se não só patrimônio nacional inquestionável, mas também o guardião da ordem vigente.

Carlos Soublette, em 31/05/1846, determinou a mudança de nome da cidade Angostura, sede do primeiro congresso grancolombiano (1819), a qual passou a denominar-se Ciudad Bolívar. Lembre-se que o presidente estava em fins de mandato. A homenagem fazia parte dos festejos de comemoração do reconhecimento da independência venezuelana pela Espanha no ano anterior. O general Tadeo Monagas foi eleito com apoio de Soublette e, posteriormente, aproximou-se dos liberais em nome dos princípios de concórdia defendidos por Bolívar. A obra de Baralt continuava a fazer sucesso.

Outro momento de grande importância no reforço ao culto de Bolívar foi o ano de 1883, ano do centenário de nascimento do “Libertador”. O general Antônio Guzmán Blanco, líder liberal, chegou à presidência com a Revolução de Abril de 1870. O país começou a viver uma nova época. Pode-se afirmar que, em linhas gerais, o Estado Nacional da Venezuela já estava consolidado; a transição da economia agroexportadora centrada no cacau para a economia agroexportadora centrada no café já se efetivara e uma nova elite controlava o poder político nacional. Tais modificações não se processaram sem choques e o nome de Bolívar foi constantemente exaltado pelos grupos oligárquicos em contenda política. Após sete anos de governo, o general Blanco cedeu a presidência ao general Linares Alcântara, aliado que aos poucos se afastou do guzmancismo. A morte de Alcântara facilitou o “reivindicacionismo” guzmancista. Retornou Guzmán Blanco à presidência em 1880, porém o mandato era, agora, de dois anos. Em seu segundo biênio, patrocinou os festejos do mencionado centenário.

De fato, o “Ilustre Americano”, como era conhecido o general tantas vezes presidente, pretendia outros mandatos mais ou, ao menos, prolongar o mandato presidencial, reformando a constituição. Assim, aproveitou o centenário para respaldar seus anseios. A edificação do Capitólio Federal, o início dos trabalhos das ferrovias Caracas-La Guaira e Valência -Puerto Cabello, a criação do Bolívar (dinheiro único de circulação nacional com lastro em prata), a institucionalização do hino nacional (*gloria al bravo pueblo*), que lembrava Bolívar, acompanharam de perto os veementes discursos presidenciais e de seus partidários, os quais enfatizavam o ideário bolivariano. Toda e qualquer semelhança entre o autoritarismo guzmancista e aquele de Bolívar não era mera coincidência. O general Blanco exaltou a defesa patriótica, a necessidade de concórdia, a importância de decisões centralizadas e as dificuldades de governos de curta duração. Não foi difícil encontrar nos escritos de Bolívar abundantes amostras para citações que reforçassem tal concepção de governo. Era bem perceptível a insatisfação existente entre diferentes grupos sociais contra o guzmancismo e seus projetos continuístas.

A propósito, apesar da pompa e dos festejos que se seguiram à “construção” do Panteón Nacional (tombamento da igreja da Santíssima Trindade de Caracas), considerado na época “obra magna” para a preservação dos ideais de Simón Bolívar, bem como da exuberância das comemorações em torno do centenário, o general presidente teve que ceder o governo para o general Joaquim Crespo (1884-1886). A defesa de governos mais duradouros, tão enfaticamente exaltados por Bolívar, não foi suficiente para Guzmán convencer da necessidade de reforma constitucional. Ao contrário, a defesa da conciliação nacional em nome de Bolívar predominou, tanto é que Blanco, pouco tempo depois dos festejos, alegou que não aspirava à reeleição, saindo discretamente do governo em favor de um partidário de confiança, esperando melhor oportunidade para fazer frente aos adversários.

De qualquer modo, Blanco construiu para si uma estátua eqüestre ao estilo daquelas construídas para Simón Bolívar e colo-

cou-a entre o Capitólio Federal e a Igreja de São Francisco, vizinha da universidade naquela época. Simbolicamente, vigiava os intelectuais, o clero e os congressistas, principais focos de onde se originava a oposição. Pretendeu ser um novo Bolívar, mas, atualmente, a dita estátua está guardada no Museu de la Ciudad de Caracas, pois na Venezuela não há espaço para estátuas eqüestres e para o culto à personalidade que não seja a do próprio “Libertador”. Assim, aquele que pretendeu ser um segundo Bolívar não passou de um farsante, visto que o primeiro Bolívar foi trágico. De qualquer modo, o centenário serviu para reforçar o culto ao “herói”. Guzmán Blanco só não pôde aproveitá-lo como pretendia.

Em 17/12/1830, morreu Bolívar em Santa Marta, Colômbia. O centenário de sua morte provocou nova onda de culto ao “Pai da Pátria”. A Venezuela muito se modificara. O país cafeicultor de transformara em grande produtor de petróleo, paraíso fiscal norte-americano. A urbanização se acentuou e Caracas rapidamente perdia seu caráter provinciano. Entretanto, o país vivia sob a férrea ditadura do general Juan Vicente Gómez (1908-1935). De fato, a presidência constitucional pertenceu ao doutor Juan Bautista Pérez (1929-1935), figura meramente decorativa, visto que o poder real estava com o Comandante en Jefe del Ejército (CJE), cargo ocupado por Gómez, popularmente conhecido como “el jefe”. Foi ele que organizou os festejos do centenário da morte de Bolívar.

O general Gómez, ao longo de sua tirania, também preparou os centenários das batalhas de Carabobo (1921) e de Ayacucho (1924), pois em ambas Simón Bolívar teve participação destacada. A comemoração da primeira batalha se caracterizou pela construção, no campo de Carabobo, próximo à cidade de Valência, de um grande mausoléu em que se homenageia Bolívar e a liberdade, onde uma pira permanece sempre acesa. O mausoléu é precedido por uma passagem ladeada pelos bustos dos principais líderes que lutaram pela emancipação venezuelana. O local foi destinado às festas cívicas, desfiles militares e solenidades especiais. A segunda batalha foi comemorada

mais com festas, desfiles e discursos, os quais enfatizaram a contribuição do ideário de Bolívar para a criação do exército nacional, do qual “el jefe” foi o principal artífice.

A crise mundial de 1929 atingiu a Venezuela, porém considerando-se a importância do petróleo na economia mundial, o país a sofreu com menor intensidade, tanto é que não foi empecilho para as homenagens ao centenário da morte do marechal Antônio José de Sucre, realizadas em 04/06/1930. Sustentado na política de “pão e circo”, aliás, o momento era propício, pouco tempo depois, em 17/12/1930, Gómez patrocinou com luxo ímpar a comemoração do centenário da morte de Simón Bolívar. O principal episódio dos festejos foi o anúncio do cancelamento das dívidas contraídas pelo país desde o momento da independência, o que resgatava a honra, a dignidade e a verdadeira independência nacional segundo o próprio comandante em chefe do exército nacional. Dessa maneira, a propaganda e a medida foram suficientes para silenciar a oposição ao governo, pois facilmente os possíveis contestadores do regime seriam qualificados de antinacionalistas, visto o clima de exacerbação patriótica que os contínuos festejos estimulavam. Mais uma vez, o “Pai da Pátria”, endeusado e vigilante, garantia a unidade nacional e contribuía decisivamente para preservar o *status quo*.

Cumprе ressaltar que nesta época começaram certas “romarias” ao Panteón Nacional. As pessoas que para lá se dirigiam faziam preces a Bolívar para alcançar, entre outros pedidos, emprego, melhores salários, curas de problemas de saúde, em especial de tuberculose, doença responsável pela morte do “Libertador”. Lembre-se que o boom petrolífero e a crise de 1929 aceleraram a formação de cortiços em Caracas, cujas condições higiênicas e de ventilação propiciavam a expansão da mencionada enfermidade. Obviamente, nem o governo, nem a Igreja Católica viram com bons olhos tais romarias, pois podiam gerar tumultos e as concentrações populares não interessavam ao regime. A vigilância militar na antiga igreja da Santíssima Trindade de Caracas foi redobrada e reformas

urbanas se esforçaram por afastar as populações mais carentes das proximidades.

A morte do general Juan Vicente Gómez, em fins de 1935, provocou súbitas mudanças na Venezuela. O país começou a viver uma época de maior liberdade, propiciando inclusive a organização e participação de forças de esquerda no governo. Foi neste ambiente que se comemorou, por falta de melhor motivo, o centenário do traslado dos restos mortais de Simón Bolívar da Colômbia para o território venezuelano. Era o ano de 1942, o general Isaías Medina Angarita havia sido eleito no ano anterior e se comprometia, bem como fizera seu antecessor general Eleazar López Contreras, a seguir a política bolivariana: republicanismo, patriotismo, civilismo e de caráter reformista (sic).

Enfim, Medina Angarita começara seu governo em clima de grande expectativa e, simultaneamente, em meio a grande euforia, visto sua política de busca de harmonia entre os diferentes grupos de interesses, sem perseguição ideológica, aspectos coroados com a assinatura do Tratado de Fronteiras e Navegação com a Colômbia (junho/1941). A legalização de partidos políticos, o projeto de voto feminino, o incremento da organização sindical, a liberdade de imprensa, os planos de revisão da política petrolífera, a remodelação urbana de Caracas, o grande número de obras públicas, etc... permearam os festejos do centenário do traslado acima referido.

As comemorações tiveram caráter solene e expressaram cabalmente a idéia de unidade nacional, patriotismo e liberdade plena, aliás, como elementos essenciais do ideário bolivariano. De fato, muito mais do que o centenário do traslado, comemorou-se a nova realidade vivida pelo país. O presidente, eleito indiretamente, aproveitou a oportunidade para mais se popularizar e consolidar seus anseios de organizar um grande pacto nacional que levasse ao rápido desenvolvimento do país. Bolívar seria o inspirador.

O propósito PDV (Partido Democrático Venezuelano), sus-

tentáculo do governo, criado em 1943, se apresentou como legítimo defensor e herdeiro do pensamento do “Pai da Pátria”. No fundo, o medinismo não escondia um certo desejo de tornar seu líder um novo “Libertador”, a ruptura com a metrópole espanhola fora feita por Bolívar, caberia a Medina Angarita educar o povo e promover reformas que o libertasse dos próprios grilhões da ignorância e da miséria, causa do atraso venezuelano. Assim, o Bolívar preocupado com a educação popular foi resgatado. O regime durou pouco, um golpe cívico-militar derrubou-o do governo em outubro de 1945; entre outras coisas, foi acusado de “comunista” e de trair os “princípios sagrados” do bolivarianismo. De qualquer modo, o prestígio e o culto ao “herói” crescia de importância.

O ditador Marcos Pérez Jiménez (1950-1958) instituiu o dia natalício de Bolívar (24/07) como dia nacional da Armada, ocasião propícia aos festejos daquela que deveria defender o mar venezuelano, bem como Bolívar defendeu a pátria em seu nascedouro. Os próprios desfiles da “Semana da Pátria” (24/06 a 05/07) deveriam principiar na Plaza Bolívar, região central de Caracas, e prosseguir até o Panteón Nacional, onde descansava o “herói” nacional. Construiu o Centro Simón Bolívar, arrojado projeto arquitetônico para abrigar órgãos de governo e outros escritórios bem no centro da cidade. Nota-se, pois, que o regime autoritário e demagógico de Pérez Jiménez, ainda que prescindido de uma data para fazer a apologia circense de Bolívar, não deixou de exaltá-lo; afinal, todos os tiranos se parecem e Pérez Jiménez buscou se espelhar no “Magnânimo”.

O quinto e último, ao menos por enquanto, instante de enaltecimento e culto ao “herói” deu-se em 1983, por ocasião do bicentenário do nascimento do “Libertador”. Era presidente Luís Herrera Campins do COPEI, partido social-cristão. No mesmo ano, venceu as eleições presidenciais o candidato opositor, Jaime Lusinchi da AD, partido social-democrático. Desde 1958, o país não tem vivenciado nenhum golpe de estado ou revolução vitoriosa que interrompa a constitucionalidade vigente. Cabe ressaltar que o próprio

Herrera Campins não deixou passar em branco o sesquicentenário da morte do “Pai da Pátria”, comemoração realizada em 1980, a qual foi marcada pela assinatura de um convênio petrolífero com o México, destinado a satisfazer às necessidades energéticas de países antilhanos e da América Central, seguindo o espírito de cooperação e unidade latino-americana preconizada por Bolívar.

Os festejos de 1983 enfatizaram, por sua vez, os ideais democráticos de conciliação e de unidade latino-americana. Não por acaso. A América Latina passava por um processo de redemocratização e a Venezuela era um dos raros exemplos de democracia antiga e consolidada. Internamente, o candidato oficial à presidência foi derrotado, o vencedor não ameaçava com revanchismos ou coisas do gênero, o que confirmava o ideal democrático e o espírito conciliador dos venezuelanos, exemplo bolivariano a ser seguido por outros países. A unidade do subconsciente tem sido assunto do dia neste fim de século XX e não podia deixar de ser exaltada. A doutrina social-cristã do presidente procurou se apresentar como herdeira de Bolívar até mesmo para conseguir vencer as eleições presidenciais.

Desse modo, o **Guia para la Exposición Bicentenário del Nacimiento de Simón Bolívar** salientou o “herói” revolucionário, líder inato, político e estadista transcendental, um lutador contra o próprio destino, cujo motivo de morte não é revelado para manter o próprio misticismo que fora gerado em torno de sua imagem. Os atributos típicos de herói culminam com a morte lenta em meio à pobreza e com um chamado à “união”, inclusive com informação precisa da hora da morte: 1:07h da tarde de 17/12/1830, porém não há menção da hora exata em que nasceu (trata-se de um guia destinado à exposição do bicentenário de nascimento).

No mesmo ano de 1983, tendo em vista os festejos, foi lançado o livro **Historia General de Venezuela**, de Miguel Angel Mudarra, que se propôs a fazer uma nova abordagem da história nacional, incorporando os avanços historiográficos. Efetivamente, apesar das

desculpas do autor quanto às omissões e falhas, encontramos apenas uma história fatural linear, que faz a apologia de Simón Bolívar, não incorpora quase nada dos alegados avanços historiográficos e procura convencer os estudantes, através de várias citações, da bondade do “Libertador”, indivíduo sempre angustiado, incompreendido e sofredor, que aceitou a ditadura por ser grande estadista e porque o momento assim exigia. Ao final, obriga o leitor a ler que a morte física de Bolívar foi tão exemplar quanto a própria vida, pois o “herói” sempre suportou as amarguras com estoicismo; mais uma vez, a causa mortal não apareceu, insinuando-se o sofrimento e o fracasso de seus ideais como motivo, do mesmo modo que fizera o **guia**. Destarte, os festejos não questionaram, novamente, o culto ao “herói”, ao contrário, apronfundaram-no.

Visto, portanto, os mecanismos que levaram à construção do “herói” Simón Bolívar, bem como os interesses que o “culto ao herói” preencheu, entre os quais destacamos a manutenção do *status quo* conservador no poder político em momentos de crise aguda de legitimidade governamental e a necessidade de encontrar em elo de identidade nacional que amortecesse os conflitos intrínsecos ao sistema capitalista vigente na Venezuela, perguntamos: qual é o caráter do “herói” e qual é a essência do pensamento bolivariano defendido por correntes políticas tão distintas no processo histórico venezuelano?

A resposta é simples. O ideário bolivariano, essencialmente ambíguo, presta-se a múltiplas manipulações, tanto é que serviu a governos tão diferenciados no tempo histórico e quanto a princípios como Guzmán Blanco, Medina Angarita e Herrera Campins. De fato, o que os une é a busca de um herói mítico, altamente idealizado e com soluções mágicas para os problemas existentes. Bolívar serviu como uma luva, mesmo sabendo-se que estes governos contribuíram cada qual a seu modo para construir a imagem do “herói”, ainda que distorcida, conforme os interesses circunstanciais.

O culto ao herói persiste, se enraizou no cotidiano da sociedade venezuelana, é símbolo da própria identidade nacional num

país cuja unidade nacional foi forjada a partir de Caracas e dos interesses ligados, sucessivamente, ao cacau, ao café e ao petróleo, numa sociedade com aparência democrática, porém com alto índice de marginalização social. Patriotismo, civilismo, democracia, reformismo, constitucionalidade, unidade latino-americana, entre outras, são expressões apresentadas fora do contexto do pensamento bolivariano conforme se apresentou no primeiro quartel do século XIX. Não por mera casualidade. A pasteurização destes conceitos pelas diferentes correntes políticas venezuelanas e sua divulgação constante pelos distintos meios de comunicação visam, antes de mais nada, reforçar o *status quo*. O atual presidente, diante das tentativas de golpe de estado contra seu governo, clama para que seus opositores e o povo não esqueçam do ideário bolivariano e respeitem a legalidade constitucional. Os golpistas/revolucionários conclamam a população contra o governo na defesa do mesmo ideário, antes que o país se desagregue. Assim, a última mensagem de Bolívar se faz presente com constância: “união”! De quem? Para quem? Bolívar não completou a frase.

Venezuela e Simón Bolívar, Simón Bolívar e Venezuela são praticamente dois elementos indissociáveis. Por quê? O culto que se faz ao “herói” é, antes de mais nada, o culto a um “herói oculto”. Não podemos permitir mais uma comemoração centenária que faça a apologia deste tipo de “herói” ou mesmo de qualquer outro. Certa vez, Bolívar afirmou: “*Cada vez que el pueblo quiera retirante sus poderes y separarme del mando, que lo diga, que yo me someteré gustoso y sacrificaré ante él mi espada, mi sangre y hasta mi cabeza*”. Não é necessário tanto. Cabe aos historiadores colocá-lo no seu devido lugar na história. Cabe aos governos venezuelanos deixar Bolívar descansar em seu sono eterno, apresentando propostas mais concretas para os problemas da sociedade. Cabe ao povo venezuelano buscar uma nova utopia para um mundo melhor. Certamente, apesar de certos aspectos positivos no ideário bolivariano, não é ali que se encontrarão as ferramentas para a elaboração de uma utopia. Heróis não existem. Simón Bolívar pode até ser muito interessante, mas é

produto de uma época e nela deve permanecer, só assim se justifica sua entrada na história.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARALT, Rafael María. *Historia de Venezuela*. 1.ed. 1841. Paris : Desclée, 1939.

BELLOTTO, Manoel Lelo e CORRÊA, Anna Maria Martinez (org). *Bolívar*. São Paulo : Ática, 1983.

BOULTON, Alfredo. *Los retratos de Bolívar*. Caracas : Editorial Arte, 1964.

CABALLERO, Manuel. *Las venezuelas del siglo veinte*. Caracas : Grijalbo, 1988.

CARTAY, Rafael. *Historia económica de Venezuela (1830-1900)*. Valência : Vadell Hermanos Editores, 1988.

CASANOVA, Pablo González. *América Latina: história de meio século*. vol. 2. Brasília : UnB, 1988.

DAVILA, Luis Ricardo. *La democracia venezolana: origenes ideológicas y sociales*. Mérida : Universidad de Los Andes, 1991.

LECUNA, Vicente. *La casa natal del Libertador*. Caracas : Imprenta Nacional, 1954.

MIJARES, Augusto. *El Libertador*. Caracas : Ministério de Obras Públicas, 1969.

MUDARRA, Miguel Angel. *Historia general de Venezuela*. Caracas : Biosfera, 1983.

- NEGRÓU, José Sánchez. *El Colegio Federal de Guayana en la Casa del Congreso de Angostura*. Ciudad Guayana : Roderick, 1979.
- PARRA, Betsabe Diaz C. de. *Guía para la Exposición Bicentenario del Nacimiento de Simón Bolívar*. Maracay : Gobernación del Estado Aragua, 1983.
- RODRIGUEZ, Luis José Acosta. *Bolívar para todos*. Caracas : Congreso de la República, 1971.
- SANCHEZ, Ramón D. *El Panteón Nacional*. Caracas : Imprenta Nacional, 1964.
- VELAZQUEZ, Ramón J. *El gomecismo y la formación del ejército nacional*. Caracas : Ateneo de Caracas, 1979.